

MINISTÉRIO PÚBLICO**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 12ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

10. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.26076/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Esquina Embalagens Ltda

OBJETO: Não reiterar as irregularidades identificadas pela VISA, CBMBA e CODECON, adotando as providências pertinentes. Renovar, periodicamente, o Alvará de Saúde expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador.

55. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.31187/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Valdemar Costa de Araújo

OBJETO: Adequar o CEFIR. Elaborar PRADA e anexar ao CEFIR. Regularizar as atividades desenvolvidas na Fazenda Bom Futuro.

68. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.14926/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Mirthes Milanez Passamani

OBJETO: Recompôr as áreas ambientalmente protegidas. Corrigir o CEFIR. Regularizar todas as atividades desenvolvidas na Fazenda Triângulo.

69. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.470953/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Joal Viagens Turismo e Hotelaria Eireli

OBJETO: Não reiterar as irregularidades identificadas pela inspeção da Vigilância Sanitária do Município de Salvador adotando as providências pertinentes. Dispor do Alvará de Saúde e renová-lo periodicamente. Executar o Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico, aprovado pelo CBMBA.

81. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.51018/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Carlos Oliveira Pinto

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel rural Fazenda Boqueirão. Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Apresentar documento de propriedade do imóvel. Corrigir o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental.

82. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.25216/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gervásio Plínio de Souza

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não aceitar em seus imóveis qualquer depósito de madeira que não tenha origem legalizada e devidamente comprovada. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas ou frutíferas a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Cravolândia. Distribuir panfletos educativos acerca do tema "meio ambiente".

88. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.244779/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Ibicoara; Secretaria do Meio Ambiente do Município

OBJETO: Regularizar/criar o SISMUMA. Regularizar a Lei da Política de Meio Ambiente – PMMA, o Órgão Ambiental Municipal, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, a fiscalização ambiental e o Fundo Municipal do Meio Ambiente. Reavaliar as licenças ambientais vigentes concedidas antes da adesão ao Consórcio Chapada Forte.

90. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.14537/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Bernardo Cordeiro Lima

OBJETO: Recompôr as áreas ambientalmente protegidas na Fazenda Limeira. Adequar o CEFIR. Regularizar todas as atividades desenvolvidas na fazenda.

108. INQUÉRITO CIVIL Nº 657.9.171334/2019

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú

ASSUNTO: Direito Civil > Coisas > Propriedade > Direito de Vizinhança

COMPROMISSÁRIO(S): Valdetino Santos Costa Filho

OBJETO: Observar os níveis máximos de emissão de sons e ruídos previstos no art. 3º, §1º, da Lei 1.808/2004.

134. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.530505/2022

ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição > Estabelecimentos - Obras ou Serviços Potencialmente Poluidores

COMPROMISSÁRIO(S): Point do Tical

OBJETO: Disciplinar a emissão de ruídos sonoros no estabelecimento.

138. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.56339/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João

ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Bárbara Weyll Almada

OBJETO: Adotar medidas administrativas necessárias para cumprir eventuais exigências formuladas pelos respectivos órgãos públicos competentes. Respeitar integralmente a área de Preservação Permanente não ocupadas em seus lotes. Pagar a quantia de R\$ 8.000,00, destinadas ao Fundo de Meio Ambiente do Município de Mata de São João.

151. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.162204/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Humberto Reale de Oliveira Filho

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel Recanto da Juerena. Não alienar a propriedade até o cumprimento das obrigações do TAC. Apresentar a documentação do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir o CEFIR. Apresentar o comprovante da licença ambiental do empreendimento Cachaça Reale. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas a serem doadas à Secretaria de Meio Ambiente.

159. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.21406/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Vitoriano Lopes Pereira

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel Fazenda Rancho Alegre. Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade até o cumprimento das obrigações do TAC. Contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental. Doar o valor de R\$ 1.000,00, destinados à ONG Instituto Água Boa.

160. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.93052/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Edvaldo Nascimento de Oliveira

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel Fazenda Caranguejo. Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade até o cumprimento das obrigações do TAC. Apresentar o documento do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental.

166. INQUÉRITO CIVIL Nº 285.9.220072/2017

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Concurso para Servidor

COMPROMISSÁRIO(S): Câmara Municipal de São Francisco do Conde/BA

OBJETO: Adequar-se ao quanto contido no parecer Técnico-Jurídico CAOPAM/MPBA Nº 57/2022. Realizar levantamento da necessidade real de cargos. Aprovar a lei que criará os respectivos cargos públicos no âmbito da Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde. Não realizar Processo Seletivo Simplificado para preenchimento das vagas permanentes, salvo nas restritas hipóteses constitucionais.

172. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.294155/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho > Processo Coletivo > Direito Coletivo > Interesses ou Direitos Coletivos em Sentido Estrito

COMPROMISSÁRIO(S): Nitti Entretenimento Ltda

OBJETO: Cumprir estritamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Adotar todas as providências relativas à segurança do público nos recintos e imediações dos locais dos eventos. Contratar serviço de segurança privada. Providenciar a Brigada de Incêndio. Considerando a estimativa de público, instalar postos elevados de observação e central de videomonitoramento, solicitar apoio das Polícias Militar e Civil, instalar telas de projeção. Determinar a capacidade máxima de público. Cumprir as diretrizes da OMS.

176. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.240308/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Regina Dionísia de Souza Orrico

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel Fazenda Massaranduba. Não alienar a propriedade até o cumprimento das obrigações do TAC. Contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental.

177. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 352.9.5628/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Valente

ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de proteção > Outras Medidas de Proteção

COMPROMISSÁRIO(S): Município de São Domingos

OBJETO: Implantar o Serviço de Acolhimento Familiar e/ou o Serviço de Acolhimento Institucional e estruturá-lo de forma a viabilizar a eficiente prestação dos serviços socioassistenciais de atendimento às crianças e adolescentes. Disponibilizar transporte para realização de visitas e reuniões. Submeter as equipes técnicas dos serviços de acolhimento familiar a capacitação específica, sistemática e continuada, nos moldes da Política Nacional de Capacitação. Elaborar Projeto Político Pedagógico. Elaborar fluxogramas operacionais de atendimento.

187. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90038/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): MM CLINVET – Maria das Mercês de Souza Martins

OBJETO: Manter as boas práticas na relação de consumo. Respeitar o Código de Defesa do Consumidor, as resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros Militar, e normas correlatas. Regularizar as condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais. Corrigir as irregularidades apontadas no termo de notificação emitido em 2/5/2023 pela Vigilância Sanitária de Salvador e no Termo de Fiscalização 11/2022, 12/2022, 13/2022 emitido pelo CRMV-BA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico. Cumprir a Resolução CFMV nº 1275/2019.

188. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.11660/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Volts Motors do Brasil Comércio de Motocicletas Ltda

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o Código de Defesa do Consumidor e normas correlatas. Repassar adequadamente aos clientes todas as informações pertinentes ao produto. Informar imediatamente o consumidor em casos de eventuais atrasos na entrega do produto. Acolher as solicitações de cancelamento do pedido nos casos de atrasos na entrega do pedido.

209. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.42991/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João

ASSUNTO: Direito Ambiental > Reserva legal

COMPROMISSÁRIO(S): Maria Helena Santos Fraga, Luis Fernando Carvalho Fraga

OBJETO: Regularizar todas as atividades desenvolvidas nos imóveis rurais Fazenda Bonfim e Fazenda Bagre, especialmente a de pecuária. Requerer licenças, autorizações, outorga ou dispensa de uso de recursos hídricos. Efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei.

210. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.0.6895/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

COMPROMISSÁRIO(S): Albino Martins dos Santos

OBJETO: Regularizar ambientalmente os imóveis Fazenda Espinheiro, Fazenda Barro Vermelho e Fazenda Rio das Pedras. Não alienar as propriedades até o cumprimento das obrigações do TAC. Fornecer os documentos dos imóveis. Contratar técnico capacitado para elaborar o CEFIR das propriedades. Elaborar e executar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas a serem doadas à Secretaria do Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus.

211. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.140042/2021

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental

- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Parcelamento do Solo

COMPROMISSÁRIO(S): Loteamento Portal Residence I

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Elaborar e executar PRADA. Adequar as exigências determinadas pela SEDEMA. Doar à SEDEMA mudas de jaqueiras e árvores ornamentais. Doar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus notebooks, forno microondas, drone, roçadeira, mesa, placas para sinalização de APP. Doar o valor de R\$ 5.000,00 ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

212. INQUÉRITO CIVIL Nº 593.9.298926/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cotegipe

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): João de Brito Pacheco

OBJETO: Corrigir o CEFIR. Observar as normas da legislação ambiental. Reparar, através da compensação por equivalente ecológico, mediante a instituição de servidão ambiental da propriedade Fazenda Alto da Serra. Compensar economicamente o meio ambiente pelos danos residuais. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel. Requerer licenças, autorizações, permissões, outorgas ou dispensas de uso de recursos hídricos.

213. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.13469/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Fauna

- Direito Ambiental > Reserva legal

- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(S): João Bastos do Vale

OBJETO: Preservar a área de reserva legal (RL) da Fazenda Nova Tapera. Regularizar as atividades desenvolvidas na propriedade. Requerer licenças, autorizações, permissão de lavra, outorga ou licença de uso de recurso hídrico. Contratar responsável técnico devidamente inscrito no CREA.

214. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.18139/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Oscar Silva

OBJETO: Recompôr áreas ambientalmente protegidas. Corrigir o CEFIR. Regularizar as atividades desenvolvidas na Fazenda Alguidar de Baixo. Requerer licenças, autorizações, permissão de lavra, outorga ou dispensa de uso de recurso hídrico.

215. INQUÉRITO CIVIL Nº 001.9.148101/2017

ORIGEM: 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Câmara de Vereadores de Ilhéus

OBJETO: Cumprir o cronograma e estruturação do quadro de servidores apresentados pela Casa Legislativa. Realizar concurso público para preenchimento de vagas no Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal. Aprovar lei específica para reestruturar o quadro administrativo. Instituir plano de cargos e salários.

269. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.189179/2019

ORIGEM: Salvador - 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 2º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Infrações Administrativas

COMPROMISSÁRIO(S): Associação Agente de Proteção ao Adolescente e Criança - AGEPAAC

OBJETO: Observar as normas de proteção de crianças e adolescentes, disciplinadas na Lei nº 8.069/90 (ECA). Adequar a legislação para sanar as irregularidades da instituição.

288. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.13502/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Manoel de Jesus Lima

OBJETO: Abster-se de receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira serrada ou em tora, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento. Abster de vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guardar madeira, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente ou em desacordo com a obtida.

290. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.116008/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Clínica Veterinária Animal Ville Comércio de Produtos Veterinários LTDA

OBJETO: Manter boas práticas nas relações de consumo. Respeitar o Código de Defesa do Consumidor, as resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, as instruções do Corpo de Bombeiros Militar e normas correlatas. Emitir relatório sobre as condições físicas do animal antes da realização do atendimento para serviço médico-veterinário. Notificar a Autoridade Sanitária Municipal sempre que houver animais com suspeita/diagnóstico de zoonoses. Instalar câmeras de segurança dentro do estabelecimento. Regularizar as condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais. Corrigir as irregularidades apontadas no termo de notificação DSC nº 704 e 703, de 19/4/2023 emitido pelo CBMBA e no termo de Infração 449/2022, 450/2022 e termo de Constatação 598/2022 emitido pelo CRMV-BA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde. Adotar medidas de segurança e pânico da edificação.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 18 de julho de 2023.

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício